

TRADUÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO: O CASO DE CARLOS LACERDA

Eliane Euzebio*

RESUMO: Este artigo enfatiza a maneira pela qual Carlos Lacerda (1914-1977), um político brasileiro e tradutor, tenta manipular ideologicamente o leitor na sua tradução de *Il est Moins Cinq*, de Suzanne Labin. Inicialmente examina certos relacionamentos entre a tradução e a política e depois analisa o caso da tradução de Lacerda, que fez uma tradução com objetivos políticos, primeiro na sua escolha de uma obra que refletia a situação política brasileira, e segundo nos seus paratextos, como notas de rodapé e posfácios, que ajudaram a espalhar suas próprias opiniões políticas.

UNITERMOS: Tradução e política; Tradução com objetivos políticos; Paratextos; Elementos paratextuais.

ABSTRACT: This article will emphasize the way in which Carlos Lacerda (1914-1977), a Brazilian politician and translator, attempted to ideologically manipulate the reader in his translation of Il est Moins Cinq, by Suzanne Labin. It will initially examine certain relations between translation and politics and will then analyse the translation of Lacerda, whose political aims can be seen both in the choice of a work to translate which would reflect the Brazilian situation and in his use of paratexts such as footnotes and postfaces to spread his own political views.

KEYWORDS: Translation and Politics; Translation with Political Aims; Paratexts; Paratextual elements.

* Universidade de São Paulo (USP). elianeeuzebio@uol.com.br

Em seu *Os tradutores na história*, Jean Delisle e Judith Woodsworth (1998), em um capítulo intitulado “Os tradutores e o poder”, aludem à ideia um tanto generalizada do tradutor como alguém na maioria das vezes a serviço dos poderes existentes, “particularmente se esses poderes remuneraram seu trabalho”. O *droit à la parole* de que dispõem os tradutores, escrevem eles,

[...] é, afinal, o direito de transmitir as idéias de outra pessoa para beneficiar um terceiro; e ele está obrigado à confiabilidade, a guardar os segredos oficiais e a estar disponível para repetir seu desempenho. [...] só por delegação os tradutores têm algum poder e somente enquanto merecem confiança. (Delisle 1998: 143)

Desse ponto de vista, os tradutores seriam apenas “os intérpretes do poder”, poder que determinaria a tradução ou, pelo menos, a controlaria. Por outro lado, prosseguem os autores, “a dinâmica do poder e da coerção raras vezes têm a simplicidade que aparenta”, e o poder, como disse Michel Foucault, é capaz de “assumir uma variedade de formas”. (Delisle, 1998: 144). Em um livro que procura rastrear em ampla escala a participação dos tradutores na propagação das religiões, da difusão do conhecimento e de valores culturais no Ocidente e no Oriente, Jean Deslile e Judith Woodsworth compreendem a tradução como uma atividade exercida em meio às disputas de poder na sociedade, participando desse jogo, e se esforçam para desmerecer a visão simplificadora do tradutor como mero “intérprete do poder” ao mencionar um sem-número de casos em que tradutores chegaram a violar normas sociais em virtude do uso que fizeram do poder delegado, e de lhes ter sido permitida uma autoridade maior do que comumente lhes é concedida.

Na verdade, sabe-se que essa visão se liga a um interesse cada vez maior por parte dos teóricos da tradução quanto às possibilidades de usar a tradução com objetivos políticos ou componentes ativistas. Uma breve amostra de teóricos que vêm se ocupando nas últimas décadas das relações do engajamento político com a tradução destacaria nomes como o de Susan Bassnett (1990), Sherry Simon, Lawrence Venuti (1995) e Maria Tymoczko (2000), esta, aliás, uma crítica ferrenha de Venuti.

Em um ensaio intitulado “Translation and Political Engagement: Activism, Social Change and the Role of Translation in Geopolitical Shifts”, a autora parece realizar uma síntese de ideias que constituem as bases de sua teoria e que se acham dispersas em outros escritos, particularmente no livro *Translation in a Postcolonial Context* (1999), ideias que, para nossos propósitos, convém repassar aqui de maneira sumária.

Principiando seu ensaio com uma referência a uma formulação de Edward Said (1994) em seu *Culture and Imperialism* segundo a qual as narrativas criam “estruturas de sentimento”, estruturas que por sua vez “amparam, elaboram e consolidam a prática do império”, Maria Tymoczko chama a atenção para o fato de que a obra de Edward Said registra a resistência e as estruturas alternativas de sentimento criadas no interior das culturas dominadas para se contraporem às práticas do “império” – resistência, aliás, que foi a característica de muitos movimentos nacionalistas que irromperam em diversas partes do mundo durante o século XX. Desse ângulo, para Tymoczko, não só as culturas dominantes acabam por criar imagens do passado para “fomentar suas práticas de poder no presente” (Tymoczko, 2000: 23), mas também as culturas colonizadas criam imagens do passado a fim de aumentar sua resistência ideológica. Ainda segundo a autora, essas imagens são muitas vezes “manipulações do passado”, estruturas simplificadas, embora constituam expedientes eficazes para “[...] promover a união de povos oprimidos e lhes conferir certa consciência de seu próprio potencial para a autodeterminação”, (Tymoczko, 2000: 23) Dessa maneira, a tradução seria um meio de criar essas “imagens do passado” ou mesmo de recriar “estruturas de sentimento”, e é possível identificar a função da tradução em um cenário colonial ou neocolonial com a “formação de construções culturais” que vêm preencher “lacunas causadas pela mudança lingüística ou por uma política multilingüística”. (Tymoczko, 2000: 24)

Voltando seus argumentos para o sentido ou informação presentes em uma tradução, ela afirma que, em um texto-fonte, o primeiro é invariavelmente “sobredeterminado”, e a segunda, sempre “mais ampla do que uma tradução é capaz de transmitir”, acrescentando que “a língua e a cultura de chegada acarre-

tam características obrigatórias que limitam as possibilidades da tradução” ao mesmo tempo em que dilatam seus sentidos em outras direções que não correspondem necessariamente às dos textos-fonte. Por causa disso, Tymoczko tece considerações acerca dessa “parcialidade” implícita no ato tradutório:

Em consequência disso, os tradutores devem fazer escolhas, selecionar aspectos ou partes de um texto para transpor e enfatizar. Essas teorias por sua vez servem para criar representações de seus textos-fonte, representações que são também parciais. Essa parcialidade não é tão-só um defeito, uma falta, nem uma ausência em uma tradução – trata-se também de um aspecto que torna o ato de tradução *partidário*: engajado e comprometido, quer implícita quer explicitamente. De fato, a parcialidade é o que diferencia as traduções das mesmas obras ou de obras semelhantes, tornando-as flexíveis e diversas, facultando-lhes *participar* da dialética do poder, do processo em andamento do discurso político e das estratégias para a mudança social. Essas representações e compromissos são evidentes a partir da análise das escolhas por parte dos tradutores – palavra por palavra, página por página, texto por texto – e não raro são também passíveis de ser demonstradas nos materiais paratextuais que envolvem as traduções, incluindo introduções, notas de rodapé, resenhas, crítica literária e assim sucessivamente. (Tymoczko, 2000: 24, tradução nossa)

Na verdade, como diz a autora, é justamente essa qualidade de “partidária” da tradução que a torna também “política”; mas é preciso lembrar que a relação entre “tradução e política” aqui não diz respeito propriamente à orientação ideológica do tradutor ou de uma tradução, tampouco a algum tipo específico de literatura engajada, em particular ao que se produziu logo após a Segunda Guerra Mundial. Essa relação diz respeito ao *ato tradutório em si*, à crença por parte dos tradutores de que o trabalho que realizam haverá de ter alguma influência positiva e de caráter ideológico sobre a cultura de chegada. Em seu ensaio, Maria Tymoczko (2000) lembra que não é apenas na tradução de narrativas que essa qualidade partidária está em jogo, mas na

tradução de quaisquer documentos culturais importantes, como traduções de obras literárias, de leis, anais ou até mesmo de manuais técnicos.

Tenha-se em vista que, segundo essa visão, traduções são consideradas obviamente “atos da fala” (Tymoczko, 2000:26), apresentando “dimensões elocutórias e perlocutórias”, participando de movimentos sociais e eficazes na realização de mudanças sociopolíticas. Evidentemente, o que interessa aos adeptos dessas teorias são as traduções que apresentam o potencial para inspirar, testemunhar, mobilizar, até mesmo incitar à revolta.

A partir desses argumentos, procuraremos de ora em diante nos ocuparmos da tradução do livro *Em cima da hora: a conquista sem guerra*, de Suzanne Labin, feita por Carlos Lacerda, uma das figuras mais importantes da história do Brasil no século XX, cuja notoriedade justamente parece ter ofuscado essa outra faceta de sua personalidade complexa – a de tradutor prolífico –, em função da qual ele viria a se dedicar sistematicamente ao ofício ao longo da vida e se tornar um profissional *sui generis*, visto que o poder de que estava investido lhe facultava escolher, produzir e difundir obras de acordo com sua ideologia política. Nosso intuito será analisar as estratégias de tradução e edição de textos utilizadas por Lacerda ao traduzir o livro de Labin, e, para tanto, recorreremos aos escritos sobre paratexto de Gerard Genette em seu livro *Seuils*.

Em Cima da Hora: a Tradução como Veículo de Manipulação Ideológica

Il est moins cinq, de Suzanne Labin, foi publicado na França em 1961. Sua tradução, com o título de *Em cima da hora: a conquista sem guerra*, de Carlos Lacerda, foi lançada no Brasil em 1963, pouco tempo depois de o Brasil ter passado por uma das mais graves crises políticas de sua história: a renúncia de Jânio Quadros, ocorrida em 1961, e pouco tempo antes do Golpe de 1964, que depôs João Goulart e levou o Brasil a enfrentar a mais longa ditadura de sua história. O ano de 1963 e o início de 1964 foram caracterizados por um processo acelerado de agita-

ção, e principalmente de radicalização política – as forças da direita desaprovavam a reforma agrária proposta por Goulart e se preparavam para desfechar o golpe; os partidos políticos tentavam articular as candidaturas à sucessão presidencial de 1965, já que havia a suspeita de que o presidente pudesse substituir o regime vigente por assembleias populares como as que existiam em Cuba e decidisse suspender as eleições presidenciais que deveriam ser realizadas naquele mesmo ano. Além disso, havia muita inquietação no setor industrial. Lacerda fazia discursos e escrevia artigos contra o governo Goulart. Em 19 de março, realizou-se em São Paulo uma grande manifestação contra Goulart, conhecida como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Mas a gota d’água para a hierarquia militar foi a rebelião dos marinheiros, que exigiam uma disciplina menos rigorosa e mais direitos. Em 24 de março, Goulart determinou que os amotinados fossem poupados da corte marcial, o que os levou a comemorar nas ruas do Rio de Janeiro. O fato revoltou a maioria dos oficiais militares, que se rebelaram em 31 de março e deram um golpe militar, sem derramamento de sangue, em 1º de abril.

Foi nessa época politicamente conturbada que Lacerda decidiu traduzir a obra de Labin – um verdadeiro tratado anticomunista –, pois esta calhava à perfeição ao empenho de Lacerda no combate à influência comunista, que a seu ver aumentava e se infiltrava cada vez mais no país e, principalmente, no governo João Goulart.

Portanto, a escolha de *Il est moins cinq* não foi mero acaso. Na verdade, esse livro permitia a Lacerda difundir uma visão contrária à política de inclinações esquerdistas adotadas pelo presidente como também, por meio do paratexto que inseriu na tradução, divulgar sua ideologia política ora subrepticamente, ora de maneira explícita, chegando até, nos momentos mais flagrantes, a se valer de tal expediente para se defender das acusações graves que lhe haviam sido imputadas durante o seu governo na Guanabara. Em vista disso, pode-se considerar *Em cima da hora* um exemplo típico de tradução com elementos paratextuais que apresentam uma clara intenção política.

Antes, porém, de analisarmos os procedimentos tradutórios adotados pelo político-tradutor e de detectarmos elementos da

ideologia política implícitos neles, parece-nos necessário dar uma definição mais adequada de paratexto, de suas modalidades, função e importância na obra literária. Para tanto, recorreremos a um dos mais completos estudos sobre o assunto, a obra *Seuils*¹, de Gerard Genette.

O Paratexto Segundo Genette

Em seu estudo, Genette nos dá uma definição formal de paratexto, qual seja, os expedientes e convenções liminares tanto na obra (peritexto) quanto fora dela (epitexto), que fazem parte da mediação complexa entre livro, autor, editor e leitor. Genette classifica como elementos paratextuais, por exemplo, a capa, a contracapa, a jaqueta, as introduções e os prefácios, as dedicatórias e epígrafes, os pseudônimos, os títulos e subtítulos, as notas, os epílogos e os posfácios. Para ele, o paratexto é o que permite a um texto tornar-se um livro e ser oferecido como tal aos seus leitores e, mais geralmente, ao público. Trata-se de uma zona entre texto e não-texto, uma zona não só de transição, mas de transação; um local privilegiado, estratégico, de uma influência sobre o público que está a serviço de uma melhor recepção, ou de uma leitura mais pertinente do texto. (Genette, 2001)

A fim de que se compreenda a mensagem paratextual de um livro, é preciso determinar onde ela está inserida no livro, quando foi escrita, como é representada (se de forma verbal ou por meio de ilustrações), por quem e para quem foi escrita e, por fim, quais as funções que essa mensagem visava cumprir. Isso porque o paratexto, de certa forma, também é um texto. Na verdade, ele constitui um elemento passível de apresentar algum tipo de informação, tal como o nome do autor ou a data de publicação, ou mesmo relatar qual é o objetivo do texto, do autor ou do tradutor etc. Por trazer essas informações, o paratexto pode tornar pública tanto uma intenção quanto uma interpretação desse autor, editor, ou tradutor. (Genette, 2001)

¹ As arguições que se seguem se baseiam na edição inglesa da obra intitulada *Paratexts: thresholds interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

A Capa de *Em cima da hora: a conquista sem guerra*

Dentre as aludidas tentativas de combater Goulart, pode-se perfeitamente computar a tradução que Lacerda fez de *Em cima da hora: a conquista sem guerra*, de Suzanne Labin. Já na capa da primeira edição da obra é possível identificar de imediato certa sugestão da ameaça comunista que a autora haveria de se empenhar em denunciar ao longo de sua carreira: paralelamente à cor vermelha dispersa no título e no subtítulo², veem-se a foice e o martelo, representados no interior de um mapa do Brasil em branco, supostamente “devastado”, de vez que em claro contraste com a profusão de verde que o margeia, como que a indicar o avanço inexorável das forças comunistas em nosso país. Um lance de olhos à capa da primeira edição francesa haveria de reconhecer, comparativamente à capa da edição brasileira, uma neutralidade maior no que concerne a mensagens ideológicas explícitas ou subliminares. Na edição francesa, vê-se a foice dos comunistas ligeiramente atenuada por estar servindo de suporte a um mostrador de relógio, encaixado por sua vez na concavidade dela, todos os 12 algarismos tradicionais agora tendo sido substituídos também pela foice e o martelo, os ponteiros a indicar cinco minutos para o meio-dia, ou para a meia-noite, sem que se aluda direta ou indiretamente a nenhum país específico.

Embora nesses motivos a capa antecipe de modo mais ou menos evidente o clima de advertência e alarmismo que impregnam o livro, ela, como afirmou Genette, participa da mediação complexa que envolve fundamentalmente editor e leitor, sua elaboração e projeto não ficando necessariamente a cargo do autor, tampouco do tradutor, embora nos pareça lícito inferir que ao menos o título e o subtítulo tenham sido opções do tradutor, como examinaremos mais adiante.

² O subtítulo da obra de Labin constante da edição brasileira, “A conquista sem guerra”, será comentado no desenvolvimento do presente capítulo.

A Apresentação e o Prefácio de *Em Cima da Hora*

A edição brasileira contém uma breve apresentação e um prefácio de sete páginas, ambos do punho do próprio Carlos Lacerda, já que o “Alferes Xavier”, que assina a apresentação do livro, em virtude da comicidade do nome – uma óbvia alusão a uma das figuras mais importantes de nossa história – acaba por funcionar como mero artifício irônico, denunciando assim o disfarce ou ocultação da autoria³, procedimento, aliás, em conformidade com o tom e adição, por assim dizer, mais “pedestres”, zombeteiros até (“Você [no caso, o leitor] verá... que decisão tomou o comando supremo da máquina soviética, depois de convencer-se daquilo que os ceguinhos comunistas do lado de cá ainda não viram...”), mas que só fazem preparar o leitor para o que será repisado em tom mais sóbrio no prefácio, no qual é possível detectar inequivocamente elementos da ideologia do político-tradutor.

Ora, sabe-se que a função do prefácio é tornar pública tanto a intenção quanto a interpretação de quem o escreve. Ele pode ser representado por qualquer tipo de texto introdutório (prefacial ou posfacial) feito pelo próprio autor (autoral) ou por um terceiro (alográfico), e consiste em um discurso desenvolvido a partir do tema do texto que o antecede ou precede. Muitos estudiosos consideram semelhantes textos como um instrumento retórico típico de persuasão – segundo Hegel, por exemplo, muito mais persuasivo do que a introdução de um livro.

Desse ângulo, e valendo-se desse instrumento de persuasão, Lacerda de imediato deixa clara sua crença no poder das ideias no que diz respeito à transformação social, e dá mostras de sua consciência do papel da tradução, começando, a partir daqui e de maneira sistemática na elaboração das notas, a traçar paralelos com a realidade de então no Brasil e a tecer comentários sobre ela:

³ É bom lembrar que Lacerda, pelo menos desde 1937, diversas vezes se valeu do expediente de pseudônimos, com os quais assinou artigos em revistas acadêmicas e jornais, uma tradução e até mesmo uma peça de teatro; os mais célebres foram Júlio Tavares, Marcos Pimenta, Luís Fontoura e Nicolau Montezuma.

Fiel à tese deste livro, creio trazer com sua tradução uma importante contribuição à luta pela Democracia do Brasil. (Lacerda, 1963: 1)

Poucos fatores podem ser tão decisivos, na guerra política, quanto um livro. Foi com livros que Lenine deu saída à revolução Russa. É com livros, é com idéias que podemos fazer a Revolução Brasileira. (Lacerda 1963: 17)

É num momento assim que um livro como este pode salvar um povo. Se todos os que sabem ler, lerem este livro, e o entendendo, derem de sua compreensão prova concreta, o Brasil estará salvo. (Lacerda, 1963: 13)

Quem quiser entender o que se está passando no Brasil, e contribuir para mudar esses acontecimentos terríveis deve ler este livro. Os inimigos também. Ele só não adianta aos tolos. (Lacerda, 1963: 17)

Acredito que nenhum livro, neste momento, poderia ser tão útil aos brasileiros. Nem mesmo a cartilha; pois nem todas ensinam a ler para a liberdade e sim, algumas, para a escravidão, como aquelas que o Ministério da Educação (brasileiro) e o Governo (russo), associados, pagam à UNE para editar em Recife, em Belo Horizonte, em toda parte. Cartilhas que ensinam às crianças o ódio de classes e o ódio entre as nações. (Lacerda, 1963: 14)

Este livro é um guia no meio da confusão, um antídoto para o veneno da inércia, um roteiro contra o sofisma. Possam lê-lo os que ensinam os outros a ler. Pois não é o povo simples, o povo pobre, o povo ainda tão pouco instruído que está traíndo o Brasil. Quem o está traíndo, por incompreensão ainda mais que por intenção, são letrados. Os que têm armas e não as usam. Os que têm força e não sabem o que fazer com ela. Os que olham e não querem ver. (Lacerda, 1963: 15)

Na época em que essa tradução foi publicada, Lacerda estava tentando combater Goulart em virtude de sua aproximação com os países comunistas, e o prefácio em questão é o meio de que Lacerda se vale explicitamente para tentar persuadir o leitor de que a “desordem” de então era simplesmente reflexo da política administrativa adotada pelo presidente. Parece premente a Lacerda informar aos brasileiros que os comunistas já agem às

escuras no governo, perturbando a “normalidade financeira e econômica”:

Influentes no governo, os soviéticos promovem no Brasil uma revolução palaciana, oficializam a desordem, impedem a normalidade financeira e econômica, tumultuam a formação cultural, entronizam o charlatanismo, fomentam o oportunismo, conquistam o Poder por meio de crises sucessivas, as naturais desnaturadas, as artificiais, naturalizadas. (Lacerda, 1963: 12)

A política exterior do Brasil foi mudada, não de acordo com os interesses do Brasil, mas segundo os interesses da Rússia. (Lacerda, 1963: 11)

Somos, hoje, uma das nações mais isoladas do mundo. Ao mesmo tempo, das mais dependentes. A colonização do Brasil pelos Soviets já começou. Colonização Cultural e política, breve também econômica. (Lacerda, 1963: 12)

A ofensiva contra Goulart é declarada, mas necessária na defesa da “ordem democrática”, da “liberdade com responsabilidade”:

Um Presidente da República tem o desplante de dizer que a constituição que jurou defender e nunca respeitou nem cumpriu, está superada. E contra ela mobiliza, numa aliança natural, os negociastas e os comunistas, igualmente interessados em saquear o Brasil, privando-o da ordem democrática, da ordem com liberdade, da liberdade com responsabilidade. (Lacerda, 1963: 12)

O domínio pela coação psicológica e intelectual prepara monstros de conformismo, como os aleijões intelectuais que, mal saídos de uma universidade católica, vão dirigir a União Nacional dos Estudantes, ramo brasileiro da União Internacional com sede em Praga, ninho de filhotes de quinta-coluna; e de lá saem, pela mão do presidente em exercício da República, para dirigir a Reforma Agrária, em cujo nome tantos crimes se cometem – crimes contra a Constituição, contra a produção, contra a educação. (Lacerda, 1963: 12)

Como se pode atestar do próprio prefácio, para Lacerda, em vista desse estado de coisas, a obra de Labin era libertadora, e sua tradução se justificava precisamente por compendiar e sistematizar o quanto havia de verdade acerca da ditadura russa,

[...] libertando o leitor das falsidades encadeadas que fazem da Rússia um mundo misterioso e fascinante, esperança dos oprimidos, ilusão dos idealistas, pasmo e terror dos egoístas. (Lacerda, 1948: 11)

Para ele, “essa extraordinária criatura” que era Labin constituía um exemplo de confiança no valor da inteligência e no mérito da liberdade, e ele incitava o leitor a lê-la

[...] para aprender, para se mobilizar ou para se envergonhar. Mas leia-a sobretudo para se libertar. Pois já são muitos os subjugados pelo medo, o medo de parecer reacionário e o medo de lutar contra o inevitável. O medo de se opor e o medo de não se opor. O comunismo é que é reacionário. E não é inevitável. (Lacerda, 1948: 15)

Aos olhos de Lacerda, Labin era, portanto, uma grande aliada na luta contra o comunismo sob todas as formas e disfarces. Para ele, ninguém até então escrevera “tão bem sobre o fenômeno da Guerra Política dos Soviets”, razão pela qual ele haveria de declarar, com certo exagero, a propósito do que lhe pareciam as qualidades estilísticas da autora:

A concisão e a clareza, que espero haver conservado na tradução, feita com sacrifício de horas de sono, mas com sincera esperança sobre sua utilidade, não são mero acaso, na sua autora. (Lacerda, 1963: 13)

Só uma pessoa extremamente dotada e cuidadosamente preparada para esse tipo, o mais difícil, da luta pela liberdade, poderia dizer tanto, em tão poucas páginas, de modo tão claro e convincente. Para chegar a escrevê-lo a Sr. Labin terá passado por uma série de aperfeiçoamentos, à custa de disciplina do espírito e do sacrifício do supérfluo, indignação contida, imaginação domada, paciência desdo-

brada. Só um grande conhecimento pode chegar a tamanha simplicidade. Depois deste livro, ninguém mais poderá alegar boa fé em tais confusões. Tão clara, tão evidente, tão inteligente e acessível é a explicação. (Lacerda, 1963: 13)

Tal identidade e proximidade entre autora e tradutor talvez deem a razão de a edição brasileira, se examinada mais detidamente, quase poder ser considerada, por assim dizer, obra feita a “quatro mãos”, tão acentuadas as diferenças que se revelam no cotejo do original francês com sua tradução brasileira.

Os Acréscimos e Omissões da Edição

Embora Labin logo no 1º capítulo da tradução afirme que

Para esta edição brasileira escrevi dois capítulos novos: o 8º *A guerra política em ação* e o 10º *Conclusão*, além de notas para atualizar exemplos, citando alguns recentes, ocorridos desde a publicação do livro na França. (Lacerda, 1963: 27)

as diferenças entre o original francês e a tradução vão além dos capítulos aludidos, tendo-se em vista o sem-número de acréscimos e omissões no corpo da tradução, além dos elementos paratextuais de que Lacerda se serviu para essa edição.

Como se vê no próprio Prefácio a *Em cima da hora*, Lacerda conheceu Labin por volta de 1948, quando de sua vinda ao Rio e do lançamento pela editora Agir de seu estudo sobre Stalin. Depois disso, apesar do breve contato que Lacerda teve com Labin, ambos se corresponderam por algum tempo, particularmente na época em que Lacerda traduzia o livro, como demonstram suas palavras numa nota de rodapé na página 128 da edição citada. Nesta nota ele explica a solução em português pela qual optou ao traduzir o título original “La parade” – um título propositalmente ambíguo, como é elucidado na nota, diferentemente do título português “Como combater a guerra política comunista”, solução desprovida de toda ambiguidade, explicativa e extensiva, mas, é possível dizer, adequada ao didatismo progra-

mático que sempre caracteriza o interesse na difusão de uma ideologia política e que Lacerda adota de maneira por vezes minuciosa na elaboração do material paratextual, sobretudo quando traça paralelos com a realidade brasileira:

No original, este capítulo intitula-se “La Parade”. Tem a palavra vários sentidos, e quase todos se adaptavam a este capítulo. Consultada, a autora enviou-me a seguinte observação: “É uma palavra ambígua, realmente, que numa acepção quer dizer desfile suntuário”. Tomei-a aqui no sentido que significa “meio de se defender, contra-atacando”. O verbo “parer” significa “ornar-se”, no sentido de uma mulher que se enfeita, e “se defender” quando se fala de um combatente “que se defende de um golpe”. Em vez do título “La Parade”, poder-se-ia escrever: “Como combater a Guerra Política Comunista”. (Lacerda, 1963: 128)

Embora seja difícil identificar com exatidão o que pode ser considerado um acréscimo com objetivos didáticos por parte do tradutor na versão para o português, e o que se podem considerar informações acrescidas, ou mesmo omissões de informações por parte da autora com o fim de “atualizar exemplos” para a tradução brasileira, a julgar pelas palavras de Labin, no entanto, ocasionais inserções de palavras e frases por parte do tradutor com o intuito de atualização e adaptação ao leitor do Brasil seriam condizentes com as intenções da autora, e, tanto quanto se pode inferir, com a orientação da editora brasileira, o que, desse ponto de vista, tornaria apropriada, por exemplo, a inclusão – de modo quase sub-reptício e arrematando uma enumeração – da expressão “atos públicos”, assim como está, com aspas, da maneira como ela figura já na apresentação do Alferes Xavier. Tal expressão não consta do original francês, mas é usada na tradução brasileira, por exemplo, quando a autora se refere a manifestações em geral, como greves, agitação sindical e passeatas dos comunistas, manifestações que, como se sabe, à época se haviam tornado muito frequentes no Brasil:

En dehors des filiales permanentes que le Kremlin colonise en sous-main, il monte des mouvements transitoires:

Fronts, journées de solidarité, rassemblements [...]. (Labin, 1961: 34)

Fora das filiais permanentes que o Kremlin coloniza subrepticamente, ele monta movimentos transitórios: frentes, “dias” de solidariedade, congressos, “atos públicos” [...]. (Lacerda, 1963: 48)

Desse ângulo, também não deveria causar estranheza a inclusão da “América Latina”, ou mesmo do “Rio de Janeiro” na tradução entre o conjunto de nações sob a ameaça comunista, contrariamente ao que se vê no original:

Si on veut appeler “bloc” l’ensemble des nations menacées, il faut étendre le terme à la totalité du monde libre et non le restreindre aux USA. Et dans cet ensemble, *les parties les plus directement convoitées aujourd’hui ce sont l’Europe et l’Asie, non l’Amérique.* (Labin, 1961: 34)

Se se quiser chamar de “bloco” o conjunto de nações ameaçadas, é preciso estender a expressão à totalidade do mundo livre e não restringi-la aos Estados Unidos. Nesse conjunto, as partes mais diretamente cobiçadas, hoje, são a Europa, a Ásia, a América Latina, não a América Inglesa! (Lacerda, 1963: 89)

As Notas a *Em Cima da Hora*

Segundo Genette, de um modo geral toda nota é uma afirmação de extensão variável – uma palavra, no caso, é quanto basta – relacionada a um segmento mais ou menos definido do texto, a qual pode apresentar-se tanto em oposição a esse texto como estar em harmonia com ele.

Nas notas, podemos encontrar definições ou explicações de termos usados no texto, e, às vezes, a menção de um significado específico ou figurativo. O caso mais comum desse recurso paratextual, qual seja, a nota elaborada pelo próprio autor, tem a função de servir como um suplemento, amiúde como uma digressão, e muito raramente na forma de um comentário.

Ora, o exame das notas elaboradas por Lacerda para *Em cima da hora* pode revelar que ele se valia delas não só com a

intenção de dar definições e aclarar o sentido de determinados termos, mas, como dissemos, de destilar elementos de sua ideologia política, ao traçar paralelos com a realidade brasileira de então e ao relatar preferências e aversões, além de desferir ataques de ordem pessoal, casos em que chega ao extremo de defender-se de acusações que lhe haviam sido feitas em episódios de sua carreira política.

Na tradução brasileira de *Em cima da hora*, obviamente é possível encontrar notas de feição, por assim dizer, mais “convencional”, como o tipo descrito por Genette, com o objetivo único de definir, esmiuçar conceitos, lançar luzes sobre termos obscuros, arcaicos ou pouco usuais:

Kremlin: o conjunto dos palácios imperiais que, em Moscou, constituem a sede da ditadura comunista. (Lacerda, 1963: 43)

Logomaquia: a confusão das palavras (baralhando ou invertendo o sentido). Paz quer dizer Guerra, democrático quer dizer ditatorial, liberdade quer dizer escravidão. E assim por diante. Há estudos completos sobre a “logomaquia” comunista. (Lacerda, 1963: 39)

Veza por outra, no entanto, é possível perceber a escrupulosidade do tradutor na elucidação de certas palavras cedendo passo a um tom de insinuação, de sugestão velada – tanto mais quanto se pensa nas várias declarações públicas e reprobatórias de Lacerda sobre supostos “criptocomunistas” apoiados por Goulart:

Cripto, prefixo de origem grega que significa oculto. Diz-se de uma flor que é criptógama quando traz escondidos os órgãos de frutificação. Uma escrita é criptográfica quando é feita em código. Criptocomunista é o comunista que não diz que é comunista, uns porque escondem que o sejam, outros porque ninguém lhes pergunta se o são. (Lacerda, 1963: 34)

As suspeitas quanto a Lacerda, na nota que acabamos de mencionar, estar-se valendo de uma escrita muito próxima da

“criptográfica” podem-se confirmar na seguinte nota, em que ele, fugindo ao registro elucidativo ou meramente complementar que caracteriza a nota-padrão, simplesmente apela à cumplicidade do leitor:

A esta altura o leitor terá compreendido por que parece ao tradutor desnecessário dar maiores exemplos brasileiros para ilustrar a análise da autora. Por si só ela conduz o leitor a comparar com o que ele sabe, vê, lê e ouve todos os dias. Melhor do que qualquer comparação é essa análise, cujos exemplos, tirados da experiência de outros povos, nós brasileiros, infelizmente, não precisamos mais buscar lá fora. Pois já estão dentro de casa. (Lacerda, 1963: 51)

Os paralelos com a realidade brasileira são numerosos, e traçados com o didatismo peculiar, por meio de exemplos colhidos no dia a dia do leitor, que caracteriza a prática na difusão de uma ideologia política. A meticulosidade demonstrada por Lacerda a cada passo da tradução, com o intuito de aclarar, definir, pesar as frases da autora, com quem partilha de ideais políticos afins chega a ser flagrante na seguinte nota, em que ele não se contenta com fornecer ao leitor uma indicação bibliográfica de “outro livro” até então “não publicado no Brasil”, *Conquest without war* de Mager e Jacques Katel – cujo título, aliás, viria a ser aproveitado de modo arbitrário por Lacerda como subtítulo de sua tradução de *Il est moins cinq* – mas, com rigorismo extremo, fornece ao leitor o conteúdo do sumário, tão apropriado lhe parece o livro, sobretudo aos de pouco “preparo”:

A propósito, convém conhecer outro livro até hoje também não divulgado no Brasil, “Conquest Without War” (Conquista sem Guerra), de Mager e Jacques Katel. (Simon and Schuster, ed., Nova York, 1961). Esse livro, “antologia analítica dos discursos, entrevistas e observações de Nikita Sergeyevitch Krushev, com comentários de Lenin, Stalin, e outros”, é dedicado ironicamente à “ajuda não-solicitada de Andrei Sheichenko e G.T. Shnisky, autora dos discursos de Krushev”. Eis o sumário:

I – A cena

II – Os objetivos. Conquista sem guerra. Coexistência Pacífica. Furando o Muro. Neutralização dos Países Subdesenvolvidos. Absorção dos satélites.

III – Métodos. A Frente do Poder. A Frente Diplomática. A Subversão. A Frente da Propaganda. Contradição no Comunismo. Este é um dos livros que precisam ser estudados por quantos, sem preparo adequado, usam a sua autoridade temporal ou espiritual para confundir o povo. A traição das elites, no Brasil, nem sempre é traição. As mais das vezes é ignorância. Pela simples razão de que elas não são elites. (Lacerda, 1963: 119)

A mesma preocupação com divulgar à época livros de autores com os quais apresentava afinidade ideológica se estende até à Bibliografia no final do volume:

Note-se que muito poucos estão traduzidos e publicados no Brasil. Os livros do peruano Eudócio Ravines, “O Caminho de Yenan” e “América Latina, Continente em Ebulición”. Os de Victor Kravchenko, o do brasileiro Ailton Quintiliano (“A Grande Muralha”), de Peralva, “o Retrato”, os de Stefan Baciu, também brasileiro. Centenas de relatos, testemunhos, confissões, ou não são publicados no Brasil ou, quando o são, morrem no noticiário dos jornais e só são vendidos se o leitor fizer absoluta questão de os encontrar. Quanto a livros científicos sobre a realidade do regime soviético, não se encontram publicados no Brasil, senão com raríssimas exceções. Em compensação, as livrarias, bancas de jornais, etc. estão repletos dos “CADERNOS DO POVO”, folhetos pagos pelo Ministério da Educação, nos quais os comunistas e seus ajudantes deturpam os problemas e deformam as soluções, a preços acessíveis à curiosidade dos leitores (Lacerda, 1963: 155)

Na seção intitulada “Vantagens das organizações criptas”, do Capítulo 3 do livro de Labin, a passagem a propósito da “colonização” de agrupamentos originariamente formados por “cidadãos livres”, agrupamentos que antes haviam granjeado prestígio social, como a Liga pelos Direitos do Homem na França, recebe a seguinte nota do tradutor:

No Brasil há numerosos casos assim. Durante certo tempo, sob a ditadura, o PC brasileiro funcionou dentro da tradicional Liga da Defesa Nacional. Infiltrou-se nessa sociedade o Partido Comunista quando se reorganizava, depois da perseguição que lhe moveu o governo Getúlio Vargas, de 1936 a 1941. Em 1944 e 1945 uma das organizações de que se serviu foi... a Sociedade de Amigos da América. Hoje, o caso mais notório é o da União Nacional de Estudantes (UNE) “colonizada pelo Partido Comunista” (Lacerda, 1963: 48)

A maioria das notas de Lacerda são extensas, e constituem verdadeiros comentários marginais, pois que à menor oportunidade ele está pronto não propriamente a comentar e esclarecer o texto de Labin, mas a buscar exemplos da infiltração comunista no Brasil e a tecer críticas contundentes a seus inimigos políticos e desafetos. A respeito das viagens e estadas pagas pelo aparelho comunista a seus delegados, mencionadas por Labin, por exemplo, Lacerda acrescenta a nota:

No Brasil esse sistema já se tornou tão usual que até magistrados têm feito viagens pagas pela URSS, inclusive com diárias custeadas por órgãos ligados a um Partido posto fora da lei pela Justiça a que pertencem. (Lacerda, 1963: 48)

Quando Labin se ocupa dos métodos “maquiavélicos” dos comunistas, citando como exemplo de suas “atrocidades” o fato de aliados republicanos seus terem sido literalmente “apunhalados pelas costas” durante a Guerra Civil Espanhola, Lacerda não perde a oportunidade de mencionar um caso brasileiro:

Foi o caso do capitão brasileiro Besouchet. Acusado de participar do movimento comunista de 1935 no Brasil, foi expulso do Exército. Exilou-se e em 1936 alistou-se na Brigada Internacional, na guerra civil espanhola. Dissentindo dos comunistas, a certa altura, foi misteriosamente morto pelas costas, na Espanha. Um dos “comissários políticos” comunistas, representando a Rússia, na Brigada Internacional, era outro brasileiro. Chamava-se Roberto

Morena. Tornou-se mentor sindical do Partido Comunista e tem sido um dos conselheiros mais chegados do Sr. João Goulart, antes e depois de presidente da República. (Lacerda, 1963: 50)

O político-tradutor não tem pruridos de citar explicitamente nomes de dirigentes da UNE e de outros órgãos, chamando a atenção para nomeações feitas por Goulart, a propósito das palavras de Labin sobre as “escolas de espionagem” promovidas pelo bolchevismo para a formação de propagandistas:

Vários dirigentes da UNE e outros órgãos estudantis, alguns formados pelos jesuítas na Universidade Católica do Rio, têm feito esses cursos. Um deles, Aldo Arantes, logo que se formou em advocacia foi nomeado para o segundo posto da Supra – “Superintendência da Reforma Agrária”, pelo presidente da República João Goulart. A UIE, com sede em Praga, e o Ministério da Educação, com sede oficial em Brasília, subvencionam a UNE. (Lacerda, 1963: 57)

A perseguição a Goulart prossegue explícita nas notas:

A moção apresentada por vários expoentes do Partido Democrata Cristão, em São Paulo, em 1962, sustentava que os crimes da ditadura de Fidel Castro em Cuba são parte inevitável do processo histórico. A moção não foi aprovada. Mas seu autor é hoje o Ministro da Educação do governo João Goulart. (Lacerda, 1963: 61)

Enquanto ataca, aproveita para responder, numa nota longuíssima, a acusações em seu governo, num tom apropriado ao palanque:

O leitor há de estar lembrado do episódio da morte de alguns mendigos promovido por um grupo de criminosos, dois dos quais serviam na polícia do antigo Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara. Os policiais envolvidos com os criminosos eram dois funcionários regulares, tendo um deles sido da “guarda pessoal” do Presidente Vargas e pertencido ao gabinete civil do Presidente Kubitscheck;

e outro, também nomeado no governo Kubitscheck, era um ex-mendigo “recuperado”. Barbaramente mataram e permitiram que fossem mortos, em diferentes ocasiões, muito antes e também depois de iniciado o governo Lacerda, uma dezena de mendigos. Quando seus nomes foram descobertos, em uma semana estavam presos, demitidos e entregues à Justiça. Mas, com fulminante rapidez, não só no Brasil como no mundo inteiro, procurou-se inutilizar o Governador da Guanabara, atribuindo-lhe, sem qualquer prova ou argumento em apoio, responsabilidade na morte dos mendigos. Num jornal de Angola uma dama dada às letras veiculou essa infâmia. No México, na Venezuela, no Chile, na Itália, na França, foi espalhada a falsa informação. Este é apenas um exemplo, dos muitos que poderiam ser mencionados, das tentativas de inutilizar, por meio da infâmia, a ação anticomunista de um democrata. Nos meios conservadores, procura-se dizer que o governador da Guanabara tem “excessiva” preocupação com o comunismo. Nos meios liberais, que ele é um reacionário da direita. O desmentido, os fatos reais, as provas em contrário, não foram transmitidos, ou se foram, nem sempre tiveram publicação. (Lacerda, 1963: 57)

Como se vê, costumeiramente as notas elaboradas por Lacerda para sua tradução de *Em cima da hora: a conquista sem guerra* não preenchem os requisitos do que se poderia esperar de uma nota “convencional”, mas, de preferência, constituem um empenho calculado para dar continuidade, por meio do “poder das ideias” que os livros podem promover segundo seu ponto de vista, à sua política combativa na esfera pública, e a difundir seus ideais políticos.

Referências Bibliográficas

- DELISLE, J. WOODSWORTH, J. (1998) *Os Tradutores na História*. São Paulo: Ed. Ática.
- DULLES, John W. Foster (1992) *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*, 1: 1914-1960. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DULLES, John W. Foster (2000) *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*, 2: 1960-1977. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- GENETTE, Gerard (2001) *Paratexts: thresholds interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LABIN, Suzanne (1963) *Il Est Moins Cinq*. Paris: Berger-Levrault.
- LACERDA, Carlos (1948). Tradução, Prefácio e Notas. In: LABIN, Suzanne. *A Rússia de Stalin*. Fotocópia, sem mais dados bibliográficos.
- LACERDA, Carlos (1978) *Depoimento*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- LACERDA, Carlos (1963) Tradução, Apresentação, Prefácio e Notas. In: LABIN, Suzanne. *Em cima da hora: a conquista sem guerra*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- LACERDA, Carlos (2005) *Minhas cartas e as dos outros* (cartas coligidas e ordenadas por Túlio Vieira da Costa) Brasília: Editora Universidade Brasília; Belo Horizonte: Fundamar. Obra em dois volumes.
- MENDONÇA, Marina Gusmão (2002) *O Demolidor de Presidentes*. São Paulo: Codex.
- TYMOCZKO, Maria (2000) "Translation and Political Engagement". In: *The Translator*, Manchester, vol. 6, n. 1, pp. 23-47.
- TYMOCZKO, Maria (1999) *Translation in a Postcolonial Context*. Manchester: St. Jerome Publishing.